# ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**1. DO OBJETO**

* 1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de organização de evento, conforme características de acordo com anexo I do TR.

# JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

* 1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizada em tópico específico do estudo técnico preliminar (ETP), juntado ao processo administrativo (PGEA).
     1. A justificativa, em regra, deve ser apresentada pelo setor requisitante. Quando o objeto possuir características técnicas especializadas, deve o órgão requisitante solicitar à unidade técnica competente a definição das suas especificações, e, se for o caso, do quantitativo a ser adquirido.
  2. Motivação da contratação
     1. A Procuradoria da República no Estado do Pará está alinhada ao Objetivo Estratégico do Órgão: fomentar a atuação cooperativa com demais órgãos, instituições e com a sociedade civil. A estimativa da quantidade a ser adquirida/contratada baseou-se no levantamento realizado pelo setor requisitante em reuniões realizadas entre os diversos setores envolvidos com referência ao número de pessoas incluídas para o evento, conforme consta no ETP.

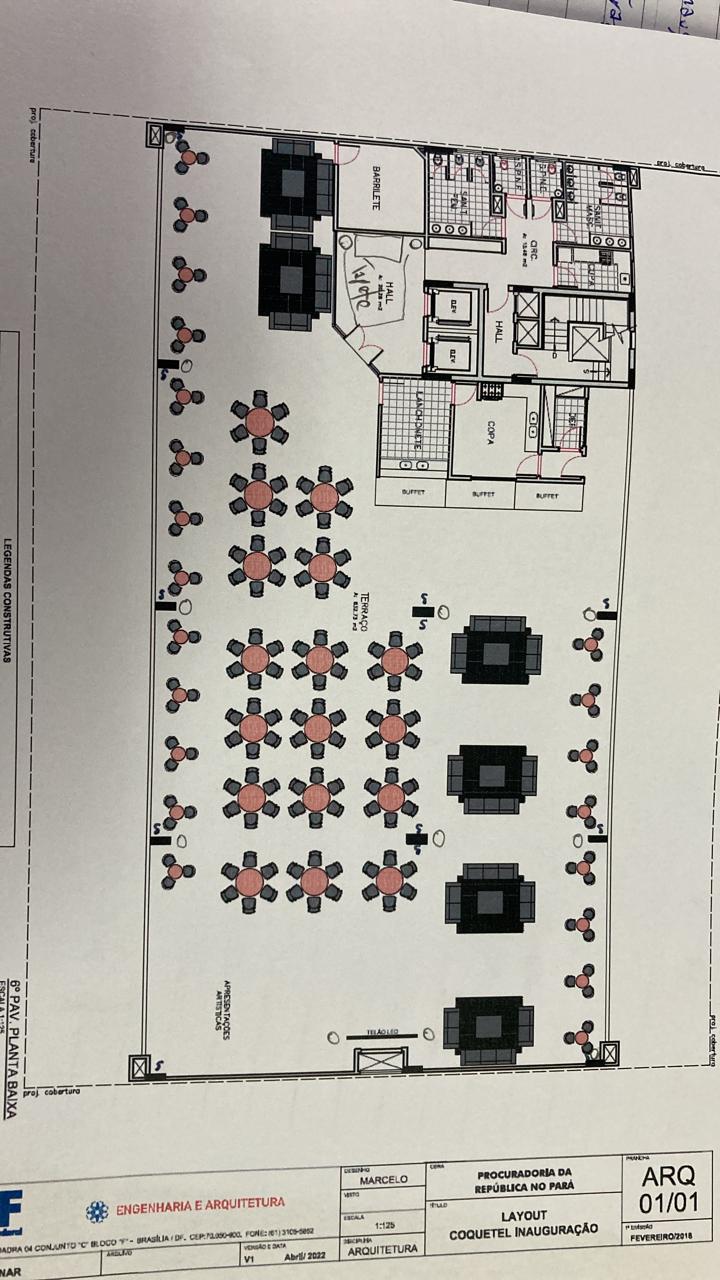
# DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

* 1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do estudo técnico preliminar (ETP).

# CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

* 1. A natureza do objeto a ser contratado é considerada comum, com fulcro no inciso XIII do art.º 6 da Lei n.º 14.133/2021.

# ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

* 1. A referida contratação de empresa para realização do serviço de evento, relativa ao item 1 deste documento, será entregue no dia da realização do evento, porém, itens que precisem de forma prévia e organizada serem instalados, devem ter atenção em especial em relação à data e ao horário previsto para o início do evento.
     1. **LOCAL DO EVENTO (SERVIÇO): Sede da Procuradoria da República no Estado do Pará, na rua Domingos Marreiros, n.º 690, entre as ruas Generalíssimo Deodoro e 14 de Março – bairro Umarizal – Cep: 66.055-215.**
     2. Dia do evento: **06.05.2022**.
        1. Horário previsto para o início: **18:00h**
        2. Duração prevista: **4 horas.**
        3. Término previsto: **22:00h.**
     3. É facultada vistoria prévia ao local, a partir do dia útil subsequente a divulgação da publicação da dispensa e até 01 (um) dia útil anterior à data do evento para análise de quais dúvidas/problemas estruturais a serem sanadas. O agendamento poderá ser feito através do telefone (91) 98483-4682 ou pelo email: prpa-cpl@mpf.mp.br, sr. Renato Coutinho. A Vistoria será feita de forma agendada previamente e sempre nos períodos: 9h às 11hs e 14h às 16h (2ª feira a 6ª.feira).
     4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
     5. O serviço de evento poderá ser rejeitado, no todo ou em parte (art. 140, inciso I, alíneas a e b da Lei n.º 14.133/2021), quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da Contratada, devendo ser substituídos antes do horário previsto para o início do evento, a contar da notificação da Contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
     6. Caso a substituição não ocorra no prazo acima determinado, ou o serviço não esteja disponível até o início do evento, a Contratada estará incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação de penalidades de acordo com a IN SG/MPF n.º 02/2020, sem prejuízo no que consta na Lei n.º 14.133/2021.
  2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
  3. O recebimento do serviço não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;
* Imagens do auditório

# Planta terraço

# A estrutura deverá ser feita seguindo todos os critérios de segurança do trabalho, normas ABNT, principalmente, mas não se limitando, às partes elétricas e hidráulicas.

# A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

# OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

* 1. São obrigações da Contratante:
     1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas nesse Termo de Referência (TR);
     2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço entregue com as especificações constantes nesse TR e na proposta da Contratada, para fins de aceitação;
     3. comunicar à Contratada, por escrito, ou outro meio de comunicação sobre possíveis falhas ou irregularidades verificadas no objeto (serviço) fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
     4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão ou servidor(es) especialmente designado;
     5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto (serviço), no prazo e forma estabelecidos nesse TR;
  2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

# OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

* 1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesse TR e na sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto (serviço) e, ainda:
     1. efetuar a entrega do objeto (serviço) em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constante no Termo de Referência;
     2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto (serviço) de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
     3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto (serviço) em desacordo;
     4. manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na dispensa;
     5. indicar preposto, caso seja necessário, para representá-la durante a execução do serviço.
     6. Inspecionar o local do evento, com no mínimo 48 horas de antecedência ou conforme acerto com o fiscal do serviço.
     7. Executar os serviços conforme especificações deste TR e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento do serviço, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, de primeira qualidade, sem defeitos, sujidades e/ou manchas que comprometam a boa aparência visual do evento.
     8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
     9. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
     10. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do art. 7° do Decreto n° 7.203, de 2010 e da CNMP n.º 37/2009;
     11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo escopo do serviço, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
     12. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
     13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
     14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/dispensa;
     15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato/serviço;
     16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, objeto desse serviço;
     17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
     18. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

# DA SUBCONTRATAÇÃO

* 1. Não será admitida a subcontratação total do serviço, sendo parcial, poderá a Contratada subcontratar, a depender da anuência expressa da Contratante (art. 122, §2º da Lei n.º 14.133/2021).

# DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

* 1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na dispensa; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do TR; não haja prejuízo à execução do objeto (serviço) pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do serviço.

# DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

* 1. Nos termos dos arts. 6º, 104 e 117, além do art. 18, inciso X e art. 120, todos da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo no que consta na Portaria SG/MPF n.º 174/2019 (<http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/>), será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto a ser contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
  2. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação;
  3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.
  4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
  5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

# DO PAGAMENTO

* 1. O MPF/PA pagará à CONTRATADA os valores correspondentes aos serviços efetivamente prestados, por meio de depósito na conta corrente da CONTRATADA, seguindo a Portaria SG/MPF n.º 174/2019 (http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/), em seu capítulo VIII e no que couber ao Capítulo X da Lei n.º 14.133/2021.
  2. O documento de cobrança deverá ser entregue por meio eletrônico, por meio de sistema de peticionamento eletrônico do MPF: https://apps.mpf.mp.br/ouvidoria/app/protocolo/, ou em caso de indisponibilidade do sistema através dos e-mails prpa-cadm@mpf.mp.br, prpa-contratos@mpf.mp.br e prpa-neof@mpf.mp.br, não sendo aceito por meio físico. O MPF/PA não se responsabilizará pelo atraso no pagamento, quando o documento de cobrança for entregue por outro meio ou fora do prazo estabelecido, ou quando contiver alguma inconsistência que impossibilite o pronto pagamento.
  3. A liberação para pagamento da fatura ou nota fiscal ficará condicionada ao atesto do gestor ou fiscal do serviço, conforme disposto na Portaria SG/MPF n.º 174/2019, e no que couber ao Capítulo X da Lei n.º 14.133/2021. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
  4. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação, sendo ilícita a inclusão de qualquer atualização monetária ou incidência de juros em virtude de atraso provocado pela CONTRATADA.
  5. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devido pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional deverá apresentar a devida comprovação (Declaração de Optante do Simples – **assinado eletronicamente**, não sendo aceito assinatura digitalizada) a fim de evitar, no momento do pagamento efetuado pela CONTRATANTE, a retenção na fonte dos tributos e contribuições previstos na IN RFB n. 1.234/2012, sem prejuízo de informar, imediatamente, ao CONTRATANTE qualquer alteração na situação declarada.
  6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula ou sem prejuízo, seguirá a Portaria SG/MPF n.º 174/2019 :

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| I = (TX) | I = (6/100)/365 | I = 0,00016438  TX = Percentual da taxa anual = 6% |

1. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
   1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no aviso de dispensa eletrônica.
   2. **O critério de julgamento da proposta é o menor preço global. Os lances deverão ser efetuados pelos valores globais ( itens 1 e 2);**
   3. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no aviso de dispensa eletrônica, conforme a Lei nº 14.133, de 2021.

# DO REAJUSTE

* 1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, a partir da apresentação da proposta, sendo considerada a última proposta, após as negociações realizadas na sessão pública da dispensa eletrônica e enviada pelo sistema (compras.gov.br).

# DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

* 1. Não haverá exigência de garantia sobre a execução do serviço, pela baixa complexidade do objeto.

# GARANTIA CONTRATUAL DO SERVIÇO

* 1. Não haverá garantia a ser aplicada, serviço de pronta entrega.

# DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

* 1. Como norma que disciplinará as Sanções Administrativas que por ventura sejam necessárias ao serviço contratado, fica acordado o uso da Instrução Normativa 02/2020/SG/MPF (<http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/>), que estabelece parâmetros para aplicação de penalidades nas infrações cometidas em certames licitatórios e contratos administrativos no âmbito do MPF, sem prejuízo no que consta no capítulo IX da Portaria SG/MPF n.º 174/2019 e no Título IV (Das irregularidades) no Capítulo I (Das infrações e sanções administrativas) da Lei n.º 14.133/2021.

# ESTIMATIVA DE PREÇOS

* 1. O custo estimado total da contratação (itens 1 e 2) é de **R$ 33.229,24** (trinta e três mil, duzentos e vinte e nove reais e vinte e quatro centavos).

1. **ESTIMATIVA DE CUSTO**
   1. Na proposta de preço deverão estar inclusos todos os custos necessários ao atendimento do objeto, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, taxas, fretes, transportes, garantia dos produtos e materiais, seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o fornecimento do objeto a ser contratado.

# CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

* 1. Conforme e quando for o caso de aplicabilidade do normativo abaixo para o serviço em questão, utilizar o Guia de Contratações Sustentáveis do MPF -<http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/>

1. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

* Gestão/Unidade: 200075/00001
* Fonte: 0100
* Programa de trabalho: 03062003142640001
* Elemento de despesa: 33.90.39

Belém/Pa, 07 de abril de 2022.

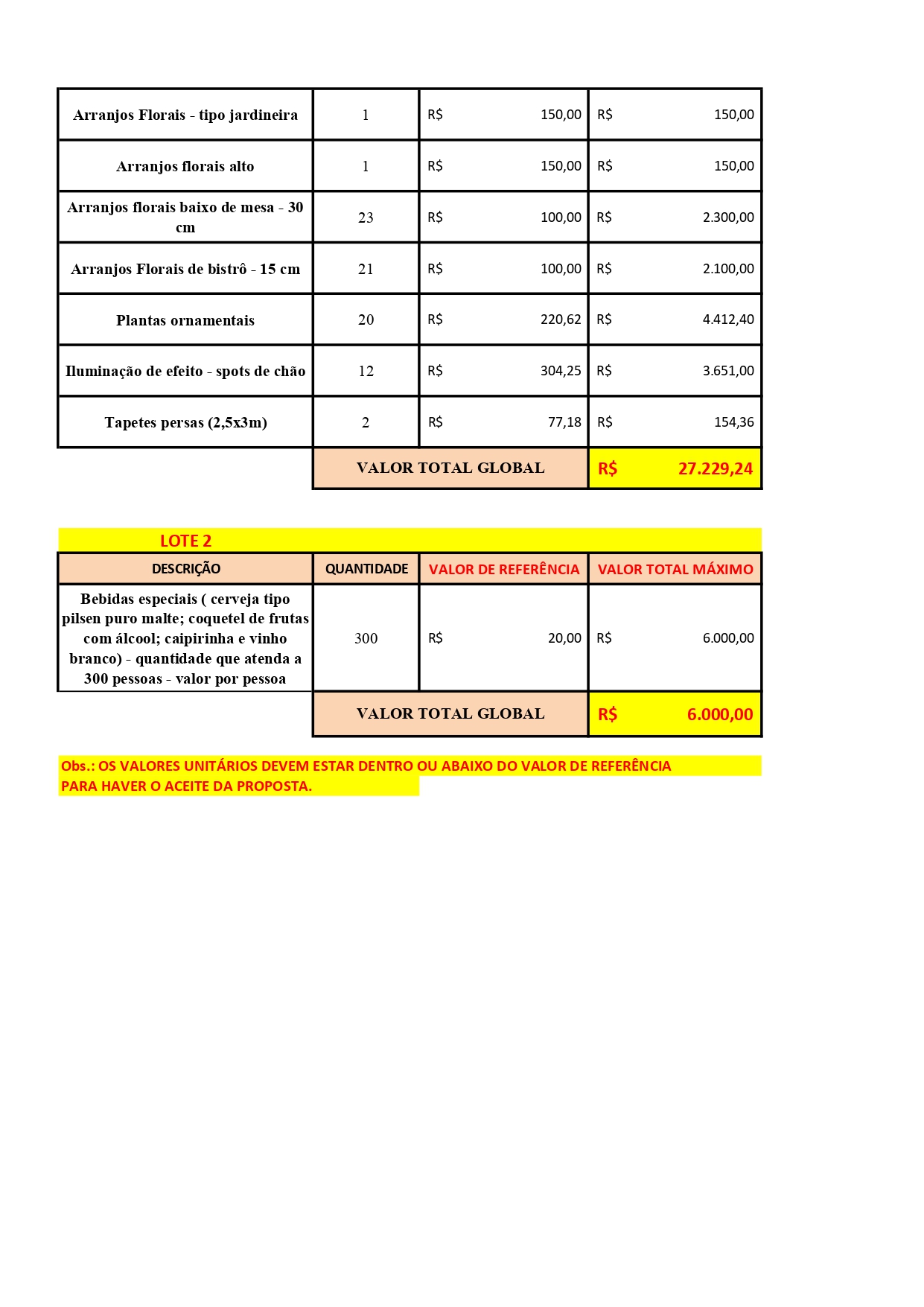
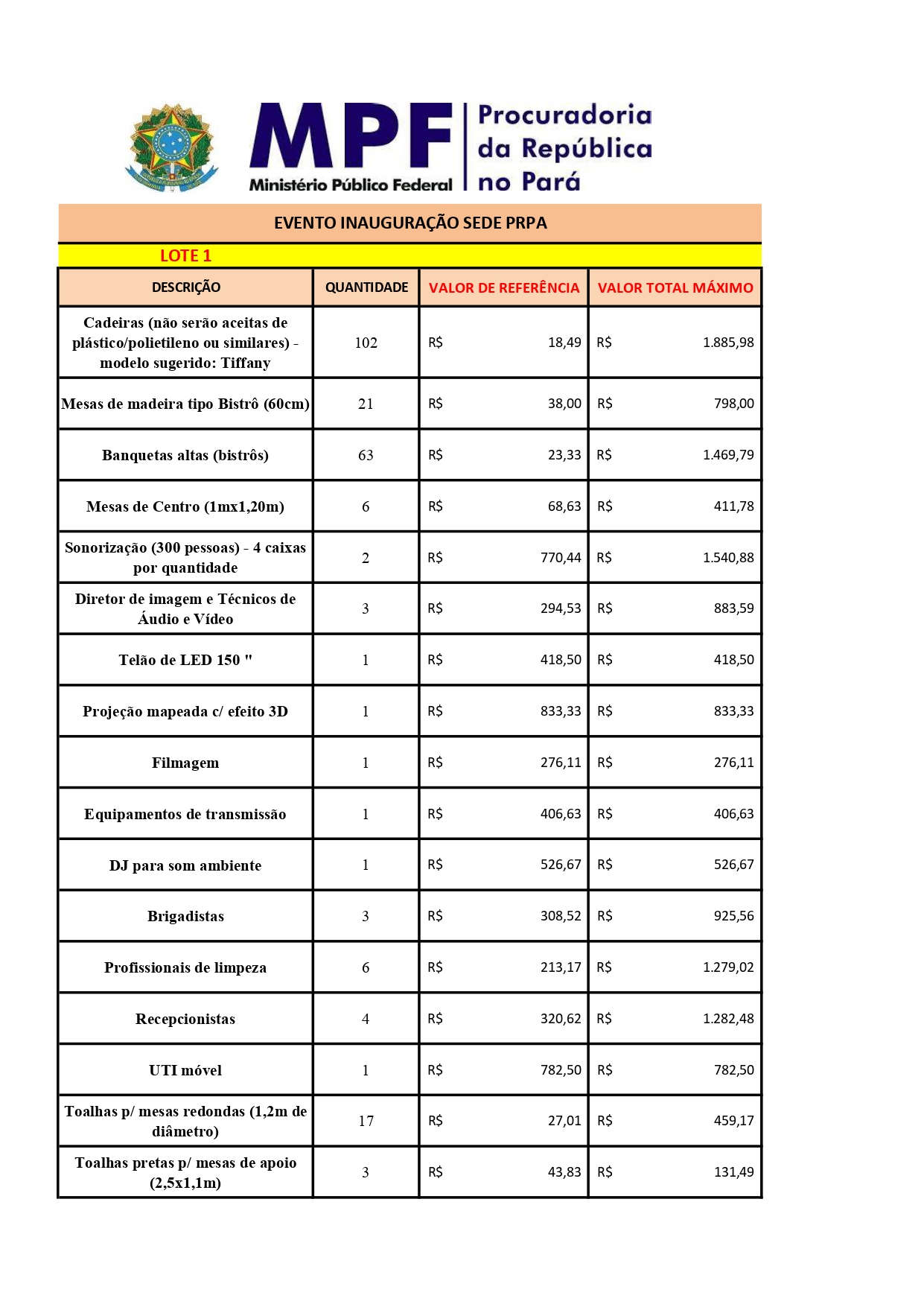
\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Renato Tabosa Koch Coutinho

Coordenador de Administração da PR/PA

**ANEXO I - A**

**Preço máximo aceitável**

****

**ANEXO II**

**DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

DISPENSA ELETRÔNICA N.º 06/2022

* 1. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
  2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1. **Regularidade fiscal, social e trabalhista:**
   1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
   2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
   3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
   4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
   5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
   6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
   7. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
   8. Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
      1. Fica assegurado direito à realização de vistoria prévia, na forma prevista no Termo de Referência.
   9. Em relação às fornecedoras cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:
   10. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;
   11. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
   12. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
   13. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;
   14. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
   15. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da dispensa;
   16. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.